

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1003353-55.2018.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **Madiver Comercial Ltda Me**
Requerido: **Elvis Cardoso Felipe**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O .

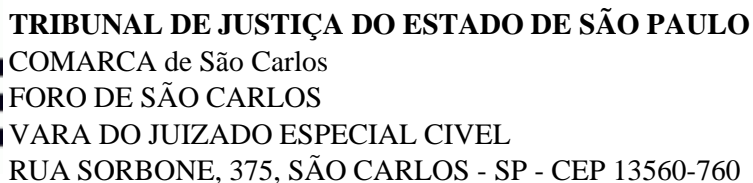
Trata-se de ação em que a autora alegou que prestou serviços ao réu e que ele não lhe pagou a totalidade do preço ajustado.

Alegou ainda que o réu utilizou um grupo denominado "Aonde Ir/Onde NÃO Ir em São Carlos" na rede social *facebook* para denigrir a sua imagem, causando-lhe danos morais.

A postagem imputada ao réu é incontroversa, tanto que foi reconhecida por ele.

O seu conteúdo igualmente não desperta dúvidas e está cristalizado a fl. 28, *verbis*:

"Levei meu carro pra uma avaliação me deram o preço aproximadamente 400 reais .. Foi eu sair de la ... Ligaram pra mim uma hora depois com mais outros problemas, ai o carro ja esta desmontado, como provar que estão enganando?? De 400 pra 1200.00 Enfim, quando há engano e trapaça, algum



Ora, as regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95) denotam que os termos destacados são aptos a arranhar a imagem da pessoa a quem se destinam.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Isso fica ademais potencializado com a colocação deles em rede social como a versada, porquanto o acesso (reconhecido pelo réu a fl. 39, penúltimo parágrafo) de quem quer que seja atuará negativamente à autora.

O quadro delineado impõe a conclusão de que a conduta do réu acarretou os danos morais reclamados, o que conduz à necessidade de sua reparação.

O valor da indenização, todavia, não poderá ser o proclamado pela autora, que transparece excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes (**registro aqui a ausência de provas consistentes por parte da autora a respeito da situação financeira do réu**) e ao grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida à autora em R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

O outro pleito deduzido – envolve a retratação do autor no mesmo veículo de que se valeu – merece vingar, até para viabilizar a precisa compreensão dos acontecimentos por parte daqueles que visualizaram a mensagem anterior.

Por fim, cobra a autora do réu a importância de R\$ 43,70, relativamente aos serviços que não foram integralmente quitados.

O débito está materializado no documento de fl. 29, além de não ser refutado pelo réu.

Não assume relevância o fato da autora cobrá-lo por intermédio do presente procedimento, seja porque possibilita sua reunião às demais postulações trazidas à colação, seja porque ele se revela mais favorável ao réu.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para:

(1) condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$ 5.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação;

(2) condenar o réu a no prazo máximo de dez dias retratar-se da postagem de fl. 28 pelo mesmo veículo em que ela foi levada a cabo, sob pena de multa diária de R\$ 100,00, até o limite de R\$ 1.000,00;

(3) condenar o réu a pagar à autora a quantia de R\$ 43,70, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Ressalvo desde já que em caso de descumprimento da obrigação de fazer imposta no item 2 supra, e sendo o limite da multa atingido, esta se transformará em indenização por perdas e danos sofridos pela autora, prosseguindo o feito como execução por quantia certa.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento dessa obrigação (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 07 de agosto de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**